

LEGISLAÇÃO

# Projeto do Senado quer empurrar empresas para o Novo Mercado

Texto aprovado ontem na CAE do Senado amplia direito de voto a donos de ações PN

ALUISIO ALVES  
SÃO PAULO

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou ontem, por unanimidade, um projeto de lei que amplia as chances de donos de ações preferenciais (PN) terem direito de voto nas empresas. A proposta altera o trecho do artigo 111 da Lei das Sociedades Anônimas, que define as situações em que os investidores ganham esse poder.

Em princípio, os preferencialistas não têm direito a voto. Em contrapartida, esses acionistas têm prioridade na distribuição de dividendos, tendo direito de receber 10% a mais do que os valores pagos aos donos de ações ordinárias (votantes). No entanto, muitas companhias se valem da lei para distribuir valores irrisórios.

Isso porque o texto atual permite o pagamento de "qualquer" dividendo. Fazendo isso, escapam

de ter que conceder direito de voto aos preferencialistas, se deixarem de pagar dividendos por três anos consecutivos. Por carregarem direitos escassos, as ações PN passaram a ser conhecidas no mercado como "carecas".

## Artifício

Para tentar acabar com esse artifício, o projeto de lei prevê a obrigatoriedade de pagamento de dividendos fixos ou mínimos. A Lei das SA prevê que pelo menos 25% dos lucros do exercício devem ser repartidos entre os acionistas. Segundo o senador Valdir Raupp (PMDB-RO), autor da proposta, o objetivo é ampliar a proteção aos acionistas minoritários. "A idéia é fazer com que todas as empresas adotem boas práticas de governança corporativa e tenham todo o capital distribuído apenas em ações votantes", disse o senador à *Gazeta Mercantil*.

Segundo ele, o momento é propício para a aprovação do projeto, dado o crescimento do Novo Mercado, segmento da Bovespa com rígidas normas de transparência e respeito aos acionistas.

Uma das principais condições de listagem neste ambiente é justamente a obrigatoriedade de que a empresa tenha apenas ações votantes. Criado em 2001, o setor teve a adesão voluntária de 89 empresas. A maioria são companhias que já estrearam na Bovespa apenas com ações ON.

## LEI PREVÊ QUE

# 25%

do lucro seja pago aos acionistas

Quase a totalidade das 357 demais companhias listadas na bolsa têm dois terços do capital composto por ações não votantes. "Que-

remos forçar mais companhias a migrarem para o Novo Mercado", afirma Raupp.

Segundo o senador, são frequentes as críticas feitas à legislação societária do País, especialmente no que se refere à proteção dos acionistas minoritários. "Os grupos controladores frequentemente encontram na lei instrumentos para oprimir não só os minoritários com direito a voto, mas também os titulares de

ações preferenciais", afirma ele.

## Trâmite

Aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos em caráter terminativo — ou seja, sem necessidade de votação no plenário do Senado —, o projeto agora segue para apreciação na Câmara dos Deputados. Segundo Raupp, o clima hoje é mais positivo para a aprovação da mudança.

Há seis anos, este foi um dos temas mais controversos nas discussões para a reforma da lei 6.404/76 — a Lei das Sociedades Anônimas. No final, a proposta de conferir voto aos preferencialistas foi rejeitada pelo Congresso. Outra garantia negada a esses investidores foi o tag along, mecanismo que garante o direito de receber o mesmo valor pago pelas ações do bloco de controle, quando a empresa é vendida. Aos minoritários donos de ações ordinárias foi garantido tag along de 80%. No Novo Mercado, todos os acionistas têm direito a receber o mesmo valor pago pelas ações detidas pelo controlador.